



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Comissão de Finanças e Tributação

**Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2024.**

Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Indústria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, assinado em Brasília e Ankara, em 25 de março de 2022.

**Autora:** COMISSÃO DE RELAÇÕES  
EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

**Relatora:** Deputada LAURA CARNEIRO

**I –RELATÓRIO**

O projeto em análise, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Indústria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, assinado em Brasília e Ankara, em 25 de março de 2022.

O Poder Executivo encaminhou o Acordo em análise por meio da Mensagem nº 449, de 2023, para ser apreciado pelo Congresso Nacional, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal.

Ao tramitar na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a matéria foi aprovada na reunião deliberativa extraordinária de 08 de maio de 2024.

Segundo a Exposição de Motivos Interministerial EMI nº 00071/2023 MRE MD, este acordo, assinado pelos representantes de defesa de ambos os países, prevê base legal para que a cooperação técnico-militar entre Brasil e Turquia se desenvolva de maneira fluida, observando-se a legislação vigente em matéria de propriedade intelectual nos dois países e os interesses das partes sobre o tema.

O ato internacional é composto por 22 artigos, nos quais são estabelecidos a finalidade, o escopo, os termos de interesse, a cooperação, os princípios, as autoridades responsáveis, as comissões conjuntas, a proteção de





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 04/09/2024 12:02:13.550 - CFT  
PRL 1 CFT => PDL 262/2024

PRL n.1

direitos de propriedade intelectual e industrial, o tratamento de informação classificada, a garantia de qualidade e os compromissos das Partes oriundos de outros acordos internacionais. Por fim, o instrumento contempla normas adjetivas que disciplinam os procedimentos a serem observados com vistas à aplicação de suas normas, com formas de solução de litígio, ratificação, entrada em vigor e término.

O projeto tramita em regime de urgência (art. 151, I "j", RICD) e está sujeito à apreciação do Plenário, tendo sido distribuído às Comissões de Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD), as quais analisam o projeto simultaneamente, em razão do regime de urgência a ele conferido.

O projeto vem a esta Comissão de Finanças e Tributação para manifestação quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

Não foi aberto prazo de emendas nesta Comissão, por se tratar de matéria sujeita à deliberação do Plenário (art. 120 do RICD).

É o relatório.

## II – VOTO

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, "h", e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível “a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor” e como adequada “a





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Comissão de Finanças e Tributação

*proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual”.*

O art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº 101/2000) dispõe que toda criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes.

No mesmo sentido, a Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (LDO 2024), determina no art. 135 que as “proposições legislativas, de que trata o art. 59 da Constituição, e os atos infralegais que impliquem redução de receitas, que não sejam renúncias previstas nos termos do disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, ou aumento de despesas, nos termos do disposto no art. 16 da referida Lei Complementar, deverão estar acompanhadas das estimativas de impacto orçamentário e financeiro para o exercício em que entrarão em vigor, e os dois subseqüentes, com as premissas e metodologias de cálculo em grau de detalhamento suficiente para evidenciar a pertinência das estimativas elaboradas pelo órgão ou entidade proponente.”

Além disso, a Comissão de Finanças e Tributação editou a Súmula nº 1/08-CFT, segundo a qual *“é incompatível e inadequada a proposição, inclusive em caráter autorizativo, que, conflitando com as normas da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - deixe de apresentar a estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro bem como a respectiva compensação”.*

E, por fim, o art. 113 do ADCT estabelece que: *“A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro”*

O texto em análise prevê no artigo VII, item 8, que: “Cada Parte será responsável por todas as despesas contraídas por seu pessoal decorrentes de suas respectivas participações nas reuniões da Comissão”.

O artigo VIII, item 2, prescreve que: “Nesses acordos de implementação, além das obrigações financeiras e legais, os princípios e procedimentos relativos ao





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 04/09/2024 12:02:13.550 - CFT  
PRL 1 CFT => PDL 262/2024

PRL n.1

tipo, local, tempo e termos de liquidação de débitos e créditos mútuos, em decorrência de quaisquer despesas relativas à pesquisa, desenvolvimento, produção, aquisição, serviços técnicos, apoio de pessoal e serviços de infraestrutura, deverão ser detalhadamente especificados.”

Já o artigo XIV, itens 1 e 3, preveem que: a) A Parte Remetente responsabilizar-se-á pelo salário, acomodação, alimentação, transporte, diárias e outros direitos financeiros do Pessoal Visitante designados para a implementação de atividades de cooperação concernentes a este Acordo; b) O Pessoal Visitante deverá quitar as suas próprias despesas ou as de seus Dependentes, antes de deixar permanentemente a Parte Anfitriã. No caso do Pessoal Visitante não ter quitado esses débitos e/ou em caso de uma saída de emergência do país da Parte Anfitriã, as despesas do Pessoal Visitante e de seus Dependentes deverão ser pagas pela Parte Remetente, em dólares americanos, pela taxa de câmbio da data do pagamento, conforme a fatura emitida pela Parte Anfitriã.

Diante dessas disposições foram solicitadas informações ao Ministro de Estado da Defesa e ao Ministro das Relações Exteriores acerca do impacto orçamentário e financeiro decorrente do Acordo.

Por meio do Ofício nº 22326/GM-MD, o Ministro de Estado da Defesa encaminha resposta da Secretaria de Produtos de Defesa do Ministério, com o seguinte teor:

2. *Compulsando o documento objeto da presente demanda, observa-se que o mesmo estabelece dentre outros objetivos, premissas, intenções de cooperação recíproca, ações conjuntas no campo da indústria de defesa entre autoridades e empresas dos dois países. Assim, para que tais ações sejam efetivadas e levadas adiante, será necessária a complementação por meio de mecanismos que se entender adequados, os quais deverão ser ratificados conforme previsão da legislação das partes.*

3. *Nesse contexto, haja vista as diversas negociações que poderão ser realizadas visando ao fomento e fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) brasileira, em decorrência do citado Acordo, entendemos que eventual previsão orçamentária somente se dará no*





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 04/09/2024 12:02:13.550 - CFT  
PRL 1 CFT => PDL 262/2024

PRL n.1

*momento oportuno, a qual será submetida aos normativos legais vigentes, se houver ocorrência de gastos financeiros. Ademais, o próprio ato internacional prevê que a realização das atividades estará sujeita às disponibilidades orçamentárias e financeiras das Partes (artigo XIV do Acordo em pauta – 7295190 -, item 5).*

4. *Diante do acima exposto, informa a essa Chefia que no presente momento não há elementos para o estabelecimento da estimativa do impacto orçamentário e financeiro nos exercícios vindouros, notadamente no que coube ao Departamento de Promoção Comercial desta Secretaria aduzir.*

Em adição, o Ministro de Estado das Relações Exteriores encaminhou o Ofício Nº G/SG/AFEPA/SAOM/SAMP/PARL, com o seguinte conteúdo:

2. *Com base em resposta à consulta ao Ministério da Defesa, o Ministério das Relações Exteriores informa não se vislumbrar implicações sobre a execução orçamentária interna, visto que o próprio Acordo sobre Cooperação em Indústria de Defesa entre Brasil e Turquia prevê que a realização das atividades estará sujeita às disponibilidades orçamentárias e financeiras das Partes.*

3. *Transcrevo, a seguir, a referida resposta do Ministério da Defesa, cuja cópia do ofício segue em anexo:*

**ABRE ASPAS**

2. *...conforme consta no Artigo XIV do Acordo, em especial nos itens 1 e 5, abaixo:*

*"1. A Parte Remetente responsabilizar-se-á pelo salário, acomodação, alimentação, transporte, diárias e outros direitos financeiros do Pessoal Visitante designados para a implementação de atividades de cooperação concernentes a este Acordo.*

*[...]*

5. *Todas as atividades de implementação deste Acordo estarão condicionadas à disponibilidade de recursos das Partes".*

*Assim sendo, as eventuais despesas pelo lado brasileiro serão concernentes às diárias conforme valores previstos na legislação em*



\* C D 2 4 0 4 6 0 1 4 4 2 0 0 \*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Comissão de Finanças e Tributação**

*vigor e às passagens, no caso de deslocamento para fora de Sede, e ocorrerão conforme priorização e previsão no planejamento orçamentário, feito no ano anterior, a ser cumprido pelo Plano de Trabalho no ano em execução e, dessa forma, não estão previstas despesas além da dotação orçamentária desta Pasta.*

**FECHA ASPAS**

Com base nas respostas apresentadas, voto pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Decreto Legislativo, PDL nº 262, de 2024.

Sala da Comissão, em 04 de setembro de 2024.

**Deputada Federal LAURA CARNEIRO**

**Relatora**

Apresentação: 04/09/2024 12:02:13.550 - CFT  
PRL 1 CFT => PDL 262/2024

**PRL n.1**

